



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



# **UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO**

## **DIVISÃO COMEÇAR DE NOVO**

São Luís – MA  
Setembro – 2022

## APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta as atividades realizadas em setembro de 2022, organizadas conforme os Eixos abaixo:

Eixo I – Trabalho, Saúde e Educação voltadas às Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas.

Eixo II – Escritórios Sociais

Eixo III – Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional – RAESP

Eixo IV – Documentação Civil Básica

### **Eixo I – TRABALHO, SAÚDE, EDUCAÇÃO.**

Neste Eixo constarão o conjunto de atividades voltadas a implementação da Lei 10.182/2014, ações de monitoramento no campo da Política Nacional de Saúde Prisional - PNAISP, Saúde Mental e ações de Educação, compreendendo-se o monitoramento do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, as quais serão apresentadas por sub-eixo no que couber.

#### **Sub Eixo: Trabalho**

A Publicação do Decreto 37.806/2022 de regulamentação da Lei 10.182/2014 em 21 de julho de 2022 ensejou, além do envio desses documentos a 52 instituições da administração pública estadual (secretarias, fundações, empresas públicas) que culminou com a realização de uma reunião com gestores dessas instituições para divulgação do Decreto.

Para essa atividade foram enviados convites a 49 gestores de órgãos do executivo estadual, além de contatos (telefônicos, via e-mail e whatsapp) para confirmar participação dos gestores.

**14/09/22** – Reunião Técnica com Supervisão de Reintegração Social – SEAP para alinhar conteúdo de apresentação na reunião da UMF com gestores estaduais.

**20/09/22** – Reunião com Secretários de Estado no Auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA para divulgação do Decreto 37.806/2022 que regulamenta a Lei 10.182/2014. Para essa atividade foram enviados convites a 49 gestores de órgãos do executivo estadual, além de contatos telefônicos, via e-mail e Whats App, para confirmar participação dos gestores. Participaram 38 pessoas representando 20 instituições, dentre estas, o Ministério Público do Trabalho, representado pelo Procurador-Chefe Luciano Aragão e a Procuradoria-Geral de Justiça, representada pelo Promotor da Execução Penal Dr. Pedro Lino. A presença do Ministério Público do Trabalho, assim como a Procuradoria de Justiça.

#### **Sub Eixo: Saúde**

**13/09/22 – Reunião PAIMA**

**Incluir as ações**

## **Sub Eixo: Educação**

### **Incluir as ações**

**Eixo II – ESCRITÓRIOS SOCIAIS** – equipamento público impulsionado pelo CNJ através da Resolução 307/2019, cuja a implantação é fruto da articulação entre Judiciário e Executivo para ofertar serviços especializados a pessoas egressas e seus familiares. No atual momento a Divisão acompanha os Escritórios Sociais já implantados e fomenta a implantação em novos Municípios.

### **Monitoramento**

**02/09/22** – Reunião de monitoramento com equipe Técnica do Escritório Social de Itapecuru Mirim (Juliana, Henrique e Katiane – Coordenadora do Escritório Social) realizada no Auditório da CIAPIS com a participação da Supervisão de Reintegração Social, Divisão do Programa Começar de Novo. A equipe apresentou dados de atendimento, principais demandas, articulações realizadas para dar respostas ao público egresso, avanços e desafios.

### **Fomento à implantação de novos Escritórios Sociais**

Durante o mês de setembro, deu-se continuidade as atividades de fomento à implantação de Escritórios Sociais em 12 municípios do Estado do Maranhão. Esse trabalho consistiu em:

- Articulação com os juízes das comarcas para compor o grupo gestor local em cada Município;
- Recebimento de Manifestação de Interesse de 03 municípios: Balsas, Timon, Pinheiro e respectivo envio ao DMF/CNJ e monitoramento do retorno das informações. Somam-se até o fechamento desse relatório 07 Municípios que oficialmente manifestaram interesse para implantar o equipamento.
- Articulação sistemática através dos Grupos de WhatsApp e ligações telefônicas com os gestores municipais e juízes das Comarcas, onde serão implantados os Escritórios Sociais
- Criação de 03 Grupos de WathsApp (Balsas, Timon, Pinheiro) com a inclusão de gestores, assessores, magistrados, Supervisão de Reintegração Social – SEAP e representante do CNJ – Cláudia Gouveia, para troca de informações e monitoramento das providências adotadas.

Para monitorar as providências adotadas pelos municípios, a Divisão adotou com estratégia a realização de reuniões técnicas previamente agendadas com os municípios, numa periodicidade semanal ou quinzenal, conforme a necessidade. Inicialmente a estratégia era quinzenalmente reunir com todas as cidades que estão em processo de implantação de Escritórios Sociais em uma única reunião virtual. Entretanto considerando que as 07 cidades que já manifestaram interesse em

implantar o equipamento estão em estágios diferentes, portanto, demandas diferentes, a divisão optou por realizar reuniões individuais com os municípios.

Em setembro foram realizadas **05 reuniões** conforme calendário abaixo, além de contatos sistemáticos via E-mail e grupo de WhatsApp.

**06/09/22** – Município de Imperatriz

**15/09/22** – Município de Codó

**23/09/22** – Município de Imperatriz

**28/09/22** – Município de Pinheiro

**29/09/22** – Município de Imperatriz

Nos Municípios que estão na fase inicial o conteúdo da reunião trata de todos os passos que deverão ser adotados para implantação dos Escritórios Sociais, assim como, as orientações para a criação dos Fundos Municipais de Políticas Penais, que dar-se-á paralelamente à estruturação dos equipamentos.

Nos municípios em fase de implantação dos equipamentos, tais reuniões objetivam monitorar as providências adotadas pelos municípios quanto à estrutura física, equipe técnica e Termo de Adesão.

As informações em relação ao atual estágio dos municípios quanto à implantação dos Escritórios Sociais seguem abaixo:

- **Manifestação de Interesse** enviadas à UMF – 07 municípios (Balsas, Bacabal, Codó, Imperatriz, Pinheiro, Presidente Dutra, Timon)
- **Parecer Favorável do CNJ** – 04 municípios com – (Bacabal, Codó, Imperatriz, Presidente Dutra);
- **Comitê Gestor local** – Codó, Imperatriz e Pinheiro
- **Parceria Judiciário da Comarca** – 12 juízes informados e considerados apoiadores;
- **Canais de Dialogo** – 07 municípios com **Grupo Whats App** formado e funcionando como ferramenta de orientação e troca de informações;
- **Local/sede** – definido: Imperatriz; em busca: Balsas, Bacabal, Codó, Pinheiro, Presidente Dutra, Timon; sem informações: Colinas, Chapadinha, Caxias, Santa Inês, Pedreiras;
- **Equipe Técnica** – Formada: Imperatriz; em formação: Codó, Balsas, Bacabal, Pinheiro, Presidente Dutra;
- **Fundo Municipal** – Em andamento: Codó, Imperatriz e Pinheiro
- **Termo de Adesão** – Minuta em análise: Codó e Imperatriz.

**Obs:** Para detalhes sobre o estágio de cada Município, consultar planilha de monitoramento.

**Eixo III – REDE DE ATENÇÃO Á PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PRISIONAL – RAESP,** metodologia indicada pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução 307/2019 que visa aprimorar o atendimento às demandas das pessoas egressas.

- Elaboração de roteiro para envio às instituições que compõem a RAESP, com a finalidade de construção de um Protocolo de Intenções da Rede.
- Envio de roteiro para todas as representações da RAESP.

**Eixo IV – DOCUMENTAÇÃO** – Certidão de Nascimento e Casamento – de apenados e seus familiares, solicitadas pelas unidades prisionais do Estado do Maranhão através do Sistema da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – SisUMF. Diariamente é realizado tratamento das solicitações feitas pelo Sistema SISUMF e ChatBot da UMF/Telegram de Certidões de Nascimento/Casamento.

- 35 Solicitações devidamente tratadas
- 01 Certidão de Nascimento recebida.

#### **OUTRAS ATIVIDADES**

**05/09/22** – Reunião com o Comitê de Diversidade – TJMA para tratar sobre a **Resolução nº 348/2021** – CNJ – Diretrizes e Procedimentos a serem observados no âmbito criminal com relação a população LGBTI. Participaram desta reunião pelo Comitê da Diversidade – TJMA: Marco Adriano – Juiz Coordenador do Comitê e Marcelo Cardoso – Membro do Comitê – ESMAM. Pela **UMF – TJMA** a Divisão Estrutural Técnica: Ana Letícia Lima, Flávia Miranda Costa e Eliane Nascimento; a Divisão do Programa Começar de Novo: André Barreto e Jercenilde Cunha e, Divisão Jurídica: Núbia Silva Bastos e Willame Silveira Pinto, cujo objetivo foi levantar informações junto ao Comitê para preenchimento do formulário do Conselho Nacional de Justiça, cujas questões tratam sobre a Resolução n 348/2021. Durante a reunião, algumas questões do Formulário foram avaliadas como sendo inviáveis as respostas no momento, assim como, outras dependem de adequações em sistemas locais e de âmbito nacional a exemplo do SISTAC e sensibilização de atores que alimentam sistemas que já dispõem de campos para captar informações acerca do publico em questão. entretanto, foi consenso, que tais questões abrem espaço para que este TJMA, a partir dos diferentes setores que atuam no atendimento a esse publico na esfera criminal, crie suas estratégias, com base na Resolução 348/2022 para prestar um atendimento digno e respeitoso a esse publico específico. O Coordenador do Comitê da Diversidade – Juiz Marco Adriano – destacou o II Seminário Estadual Diversidade e Antidiscriminação realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2022, como atividade que poderá ser indicada como uma das respostas ao Formulário do CNJ.

Desta reunião, ficaram os encaminhamentos:

1. Propor à ESMAM, quando da oferta dos cursos de execução penal, incluir um Módulo sobre a Resolução 348/2022;
2. Solicitar ao CNJ que libere um relatório dentro do SISTAC que informe sobre o Campo LGBTI;
3. Agendar reunião com a Divisão da Informática – TJMA para verificar que alterações no Sistema CNJ podem ser realizadas pela equipe local;
4. Identificar as inconsistências dos Sistemas manuseados pelo TJMA e solicitar aos gerenciadores destes as devidas adequações, com marcação obrigatória, para aprimorar o preenchimento das informações que visam atender a Resolução 348/2021;
5. Realizar articulações para o aprimoramento do PJE;
6. Articular com a ESMAM para oferta de um Curso Geral destinado a magistrados/as e servidores/as sobre atendimento à população LGBTI;
7. Nas formações realizadas pelo TJMA, destinar vagas a outras instituições que atendem essa população a exemplo da polícia civil e outros.

São Luís, 30 de setembro de 2022.

André Barreto  
Chefe da Divisão do Programa Começar de Novo

Equipe Técnica  
Sanyse Sabino – Assistente Social  
Jercenilde Cunha Silva – Assistente Social

Apoio Administrativo  
Ludmila de Pádua – Contrato Temporário SEAP  
Maria Lindalva Boa Vida da Conceição – Contrato Temporário SEAP



# ENCONTRO DE MONITORAMENTO – ESCRITÓRIO SOCIAL DE ITAPECURU-MIRIM LOCAL – CIAPIS



REUNIÃO UMF E SECRETÁRIOS DE ESTADO  
LOCAL - AMMA





## REUNIÃO COM O COMITÊ DE DIVERSIDADE - TJMA



